

Sem confronto

Permanece submetida a uma controvérsia prejudicial a proposta orçamentária para 1989, enviada pelo Executivo ao Congresso desde o último dia de agosto. A disposição dos parlamentares de alterá-la, com o propósito de criar instrumentos considerados mais ágeis para a aplicação dos recursos, esbarra na resistência das autoridades econômico-financeiras. Informações filtradas do Palácio do Planalto, com passagem pelo Brain trust político do presidente Sarney, asseguram que o Executivo vetará o Orçamento, caso o Congresso modifique-o em suas manifestações de mérito.

Este altíssimo grau de perplexidade em torno de um problema vital para a administração econômico-financeira do País acaba de agravar-se com as reivindicações dos estados em favor de mudanças que possam aliviá-los da obrigação de resgatar, no exercício de 89, 25 por cento de suas dívidas externas. Conforme notícias de bastidores isto é, sem o timbre de declaração oficial, os ministros da área econômica rejeitam qualquer concessão desse tipo, sob a alegação de que funcionaria como elemento desagregador do equilíbrio orçamentário.

Conhecidas as posições do Executivo e do Legislativo, desponta a convicção de que o impasse ainda está longe de seu ponto de rompimento. Em primeiro lugar, é indispensável reconhecer que a proposta orçamentária é, antes de tudo, uma peça políti-

ca, no que concerne ao estabelecimento de prioridades na alocação dos recursos. Também o é enquanto por efeito de justa distribuição das receitas poderá fortalecer o equilíbrio da Federação malgrado os críticos rigorosos de divisão do bolo fiscal previsto na Constituição recém-promulgada.

Assim, não se pode conduzir tal questão para plano perigoso do enfrentamento, pois qualquer decisão imposta pelo uso de competências exclusivas acabará por destruir o princípio da harmonia orçamentária e, até mesmo, propiciar uma situação de crise sem precedentes na história política do País. As divergências entre o Executivo e o Legislativo são naturais nos regimes de franquias democráticas e, sem exceção, terminam por um ajustamento capaz de preservar o equilíbrio dos poderes.

Mas o tempo passa com rapidez. É fundamental, por isso mesmo, que os protagonistas da elaboração orçamentária, o Executivo e o Congresso, passem a uma discussão civilizada sobre a proposta orçamentária, a fim de encontrarem os termos de composição que evitem o impasse. Verdadeiro programa de Governo, principalmente na presente etapa da vida nacional, quando a Nação necessita de instrumentos eficazes para escapar das dificuldades, o Orçamento há de expressar um gesto de responsabilidade coletiva na solução dos problemas que a todos afligem. Não há justificativas para o confronto.